

AUTISMO E INCLUSÃO

Neuza Maria Guimarães Franco Camargo¹

Átila de Souza²

Daniela Paula de Lima Nunes Malta³

Eliene Andrade Fagundes⁴

Sandra de Oliveira Botelho⁵

Resumo: O presente trabalho aborda a temática da inclusão de crianças autistas em escolas de ensino regular, destacando a importância de uma abordagem estruturada e qualificada. O autismo é uma síndrome de desenvolvimento global que afeta a capacidade de interação e expressão dos indivíduos, apresentando desafios específicos no contexto educacional. O principal objetivo do estudo é compreender como deve ser realizada a inserção de crianças autistas em escolas regulares, considerando os aspectos necessários para garantir um processo inclusivo e efetivo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem bibliográfica, utilizando como base livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos publicados. Os principais autores que embasaram o estudo incluem Mittler (2007), Mantoan (2003), além das legislações Brasil (1996) e Brasil (2008). A inclusão de crianças autistas no ensino regular requer planejamento e metodologias específicas que promovam um trabalho progressivo e eficaz. A interação entre a equipe escolar e a criança com necessidades especiais é essencial, formando a base para o progresso no processo de inclusão. O trabalho docente, aliado ao profissionalismo e à qualificação da equipe escolar, desempenha um papel central nesse contexto. Conclui-se que a atuação conjunta do professor e da equipe escolar é fundamental para a inclusão de crianças autistas, uma vez que o trabalho didático-pedagógico é o ponto de partida para esse processo. A implementação de práticas de ensino adequadas é determinante para o sucesso da escolarização de crianças com essa

1 Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. E-mail: neuzaguimaraes2002@gmail.com

2 Doutorando em Ciências da Educação na Universidade da Integração das Américas. E-mail: atilabio@hotmail.com

3 Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: malta_daniela@yahoo.com.br

4 Especialista em Psicopedagogia pela Anhanguera Educacional. E-mail: elieneandradefagundes87@gmail.com

5 Mestre em Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: botsandra123@gmail.com



síndrome.

Palavras-chave: Autismo. Educação. Inclusão.

Abstract: the present study addresses the theme of including autistic children in regular schools, highlighting the importance of a structured and qualified approach. Autism is a global developmental syndrome that affects individuals' ability to interact and express themselves, presenting specific challenges in the educational context. The main objective of the study is to understand how the inclusion of autistic children in regular schools should be carried out, considering the necessary aspects to ensure an inclusive and effective process. The research was developed through a bibliographic approach, based on books, scientific articles, and published academic works. The main authors supporting the study include Mittler (2007), Mantoan (2003), as well as the legislation Brazil (1996) and Brazil (2008). The inclusion of autistic children in regular education requires planning and specific methodologies that promote progressive and effective work. Interaction between the school staff and the child with special needs is essential, forming the basis for progress in the inclusion process. Teaching work, combined with professionalism and the qualification of the school team, plays a central role in this context. It is concluded that the joint action of the teacher and the school team is fundamental for the inclusion of autistic children, as the didactic-pedagogical work is the starting point for this process. The implementation of appropriate teaching practices is crucial for the success of the schooling of children with this syndrome.

Keywords: Autism. Education. Inclusion.

1 Introdução

O transtorno do Espectro Autista é uma temática que vem sendo discutida e pesquisada de forma contínua e ampla, apresentando assim contribuições a respeito deste distúrbio, que apresenta diversos casos em nossa sociedade. A definição do autismo se configura como um tipo de alteração neurológica que atinge o desenvolvimento, na qual exhibe sintomas já nos primeiros anos de vida, de forma ampla em áreas relevantes, atingindo a sua forma de se comunicar, interagir, aprender e adaptar.

Considerando os direitos dos indivíduos com necessidades especiais educacionais em relação à educação, a inserção na escola se apresenta como

um fator relevante e necessário para o desenvolvimento de crianças com o TEA. Neste sentido a inclusão de crianças com autismo na escola regular é um assunto que leva a reflexões e mostra que as instituições precisam ter estrutura e prestar um serviço de qualidade na qual cada criança tem direito, conforme as diretrizes e legislação vigente para tais finalidades.

Dentro deste contexto este trabalho tem como temática a Educação Inclusiva e o Autismo tendo como questão norteadora: Como pode ser realizada a inclusão de crianças com Transtorno Espectro Autista no ensino regular?

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como deve ser realizada a inclusão de crianças autistas no ensino regular, sendo que os objetivos específicos são: conceituar o Transtorno Espectro Autista e a inclusão escolar, analisar teoricamente as políticas públicas de inclusão no ensino regular e apresentar o trabalho docente em relação ao ensino e aprendizagem dos alunos autistas.

Para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso foi realizada uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, utilizando como materiais para busca em livros, livros digitais, arquivos em internet e materiais de diversos autores, voltados para a temática abordada. Os autores que deram base para esta revisão de literatura são: Mittler (2007), Mantoan (2003), Brasil (1996) e Brasil (2008).

2 Conceitos e definições sobre autismo e inclusão na escola regular

O autismo infantil se apresenta como um tipo de transtorno, com algumas características específicas e bem definidas que fazem parte de um tipo de deficiência na comunicação e interação na área social, com um comportamento que segue padrões, sendo que a causa pode ser de ordem genética.

Leo Kanner, psiquiatra americano, descreveu algumas crianças que encontrava em sua unidade psiquiátrica, delineando seu limitado interesse por outras pessoas, uma linguagem peculiar, insistência em rotinas e comportamentos repetitivos (Kanner, 1943). Utilizou a palavra de origem grega “autismo” para transmitir a aparente auto absorção dessas crianças, embora o termo síndrome de Kanner tenha sido usado por algum tempo como alternativa e ainda persista, assim como a expressão autismo clássico (DfES/DoH, 2001a, p. 19).

Definições posteriores centraram-se em torno de uma “tríade” de comprometimentos (Wing e Gould, 1979) referentes a isolamento social, dificuldades de comunicação e insistência na repetição. O sistema de classificação da American Psychiatric Association utilizado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Quarta Edição, Texto Revisado DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2000, publicado pela Artmed Editora) define o autismo em termos de dificuldades sociais, comprometimento da comunicação e comportamentos restritos. Todos os três déficits precisam estar presentes, com o déficit social sendo particularmente acentuado. (FARRELL, 2008, p.87-88)

Neste sentido é relevante observar que um dos sintomas para diagnosticar o transtorno espectro autista, é a ausência em compartilhar atenções, olhares, gestos, emoções, que normalmente são presentes na fase de desenvolvimento social e interativo infantil. (ZANON, BACKES e BOSA, 2014)

A interação não faz parte da vida de Indivíduos com autismo, mesmo com a presença de outras crianças, não ocorre um interesse de sua parte e quando acontecem mudanças de rotina, acabam por não ceder. Em certos casos pode haver resistência porque o caminho da escola mudou, ou por conta da cor da roupa, insistência em não obedecer.

Os autistas também não mantem contato visual e é característico ter com outras pessoas somente por interesse e para benefício próprio. É comum terem um comportamento estranho, com movimentos repetitivos, sempre afastados, usando objetos de forma incomum. Fisicamente não tem contato com outras pessoas e mesmo expostos a situações perigosas não demonstram medo, agindo como se estivessem surdos. (ROMANO, 2012)

Mesquita e Pegoraro (2013) dizem que nos dias de hoje a definição para o autismo é de quadro prolongado, de acordo com o grau em que o indivíduo se encontra. A manifestação do transtorno ocorre por volta dos 3 anos, se apresentando em estado permanente já na primeira idade, trazendo consigo problemas em torno dos aspectos sociais, econômicos e emocionais.

Neste contexto, ocorre uma reflexão sobre a educação voltada para o autista e como isto acontece em uma perspectiva de inclusão escolar, visto que todos os indivíduos têm direitos à uma educação de qualidade, observando que podem também frequentar escolas comuns e fazer parte de turmas com alunos que já estão inseridos regularmente. A Constituição Federal afirma que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1998)

Silva e Almeida (2012) afirmam que o espaço escolar tem muita importância no cotidiano infantil, por conta das experiências que proporciona, em conjunto com o grupo no contexto da sala de aula, sendo relevante esta interação até em relação com os adultos. O desenvolvimento infantil ocorre neste espaço estimulando as capacidades que envolvem os fatores cognitivos sociais, na qual auxilia o portador de transtorno do desenvolvimento a se familiarizar com o ambiente educativo.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-la mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-lós para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER, 2007, p.16)

Quando a criança com autismo inicia o seu contato no âmbito educacional da Educação Infantil, independente das suas limitações e necessidades, a recepção é determinante para a interação que será construída.

O respeito e sentimentos ocorrem conforme vão ocorrendo as afinidades, sendo características naturais dos indivíduos, determinantes nesta fase e que são responsáveis pelo progresso no contexto ligado as práticas educativas.

O processo de inclusão no contexto da Educação Básica esta intrinsecamente relacionado com os cuidados em relação a construção da escola inclusiva desde esta etapa que implica em pensar em todos os setores que formam o processo educativo, desde o espaço a ser utilizado, recursos e equipe profissional, pois estes educandos tem necessidades diferenciadas e para a sua permanência, os meios de acesso devem estar presentes, colaborando assim para o desenvolvimento desses educandos que tem particularidades pertinentes. O fator essencial que está além dos fatores citados é a ação pedagógica, que colabora para o progresso educativo inclusivo e é portador de uma intencionalidade e de planejamento. (CARNEIRO 2012)

Menezes e Dechichi (2012) afirmam que a identificação do outro, as especificidades, as diferenças culturais e sociais é um dos maiores objetivos da Educação Inclusiva. Propiciar espaços e tempo contribuintes para o desenvolvimento de educandos especiais, contribuindo para o aprendizado por meio da ludicidade, linguagens e expressão, movimento e música, são formas de respeito em relação às diferenças para com eles.

A instituição de ensino regular necessita de preparo para receber educandos autistas, de forma que possam ter uma formação cidadã, se desenvolvendo de forma integral, estimulando habilidades, buscando por métodos renovados de ensino, direcionando principalmente para a colaboração da equipe escolar sobre as necessidades especiais, pois, é preciso uma interação para uma inclusão de qualidade. (BONORA, 2010).

A inclusão escolar promove as crianças com TEA oportunidades de convivência com outras crianças da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social. Possibilita-se os estímulos das capacidades interativas, impedindo o isolamento crítico. Acredita-se que as habilidades sociais são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social. A oportunidade de interação com pares é a base para o desenvolvimento de qualquer criança. (FILHO e LOWENTHAL, 2014, p.134).

A Educação inclusiva tem sido uma temática discutida socialmente, apesar das controvérsias existentes quanto a sua inclusão no ensino regular, levando a diversos debates, pois muitos educadores demonstram falta de conhecimento sobre este nível educacional, com todas as descobertas,

ainda ocorrem dúvidas por parte dos docentes, a respeito dos métodos, práticas efetivas e conteúdos, que devem ser voltados aos autistas nas escolas especiais.

Portanto as considerações iniciais nos levam a refletir que as crianças com TEA necessitam de cuidados intensivos e especificamente no âmbito educacional devem ter atendimento adequado e conforme suas necessidades, pois as crianças com necessidades especiais apresentam singularidades, e a instituição escola, ou seja, a equipe escolar onde ela estiver inserida tem o dever de prestar um serviço de qualidade.

3 Políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva: as crianças com necessidades especiais na escola regular

A educação voltada para crianças com necessidades especiais, se denomina como Educação Especial, sendo uma Modalidade de Ensino dentro da Educação Básica, com atribuições voltadas para um atendimento especializado e específico para crianças com deficiências físicas e mentais, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

A educação especial é um conceito envolvente, o qual tem sido descrito, definido e explicado de muitas formas. Essas diferentes percepções sobre o que é a educação especial nasceu das experiências e das orientações de diversas pessoas. Ela deve ser entendida como uma lista de passos para serviços e resultados cada vez mais adequados aos estudantes com deficiências. [...] Um dos modos pelos quais a educação especial é definida diz respeito a professores que se dedicam a esta área. Contudo, como você pode perceber por meio das histórias sobre quem seria um “professor ideal”, as percepções do papel do educador mudaram com o tempo. A educação especial podia também ser definida como um serviço ou como parte do apoio ao sistema educacional, na qual haveria consultas a outros profissionais, orientações e colaboração aqueles que também lecionam e trabalham para alunos com deficiência. (SMITH, 2008, p.40).

Entretanto por conta do atendimento incompleto que apresentavam as escolas, levou a uma série de propostas políticas educacionais que oportunizassem uma educação de qualidade para a criança especial. As políticas educacionais voltadas para a Educação inclusiva começaram a ser publicadas e a concepção sobre a inclusão no ensino começou a ser discutida e estudada. Partindo de pressupostos teóricos e legais, a Educação

Inclusiva é uma concepção que permitiu uma visão diferenciada a respeito do ensino de portadores de necessidades especiais. Entender o conceito e as propostas da Educação Inclusiva é relevante para a formação do educador. De acordo com Ferreira et al (2016,p. 117-118) compreende-se que :

A educação inclusiva é voltada para a inclusão de alunos com necessidades especiais, em estabelecimento de ensino regular, reestruturando a cultura, a prática e as políticas vivenciadas nas escolas, de modo que correspondam a diversidade dos alunos, objetivando o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção na sociedade, em que o educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno, sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, assegurando uma educação de qualidade para todos.

No Brasil o atendimento a pessoas com deficiência teve seu início no século XIX, e tinha finalidades voltadas para uma educação específica, as instituições eram organizadas de forma a atender separadamente. Com a publicação da Constituição Federal em 1988, objetivos voltados para o direito ao acesso ao atendimento educacional especializado são determinados e definidos. Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial foi publicada, dando orientações e determinações para que aqueles que têm condições de frequentar sala de aula no ensino regular possam fazer tomar posse desse direito. (BRASIL, 2007)

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BRASIL, 2010 ,p. 21).

Após a declaração de Salamanca ser publicada a definição e entendimento sobre as necessidades educacionais especiais, passou a ser de conhecimento de forma ampla, na qual alunos especiais são apresentados com singularidades de acordo com o ambiente onde estão inseridos. Apesar das concepções apresentadas e definidas a respeito da educação inclusiva, a garantia de acessibilidade e recursos voltados para um ensino de qualidade, não houve um resultado esperado.

A Educação Especial conforme a concepção inclusiva passou a fazer parte das propostas da escola regular, com direcionamento para

atender especificamente alunos com necessidades educacionais especiais de alunos, que apresentem deficiências físicas e mentais com deficiência, altas habilidades e transtornos de desenvolvimento. A educação especial deve atuar em consonância com a escola regular para poder atender crianças com transtornos, para prestar serviço educacional com orientações específicas. (BRASIL, 2010)

Em 1996, com a publicação da LDB 3494/96 ficou determinado que os sistemas de ensino deviam assegurar um ensino de qualidade e direito ao acesso. De acordo com a LEI Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo V:

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996, p.21)

Partindo destas propostas ocorreram mudanças significativas nas instituições de Ensino, porém no decorrer das últimas décadas as políticas públicas buscaram por ações efetivas que levassem a legislação ser cumprida de forma ampla. Em 2007 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é formulada, contando com o trabalho de estudiosos e teóricos de várias áreas do conhecimento, sendo que no início do ano de 2008, o MEC recebe este documento, que contém propostas voltadas para praticas educativas e ações que tenham uma abordagem ampla, com um atendimento que assegure um ensino com qualidade e sem diferenciação para com os alunos especiais. (BARRETO E BARRETO, 2014).

Partindo destas perspectivas legais e educacionais Mantoan (2003) afirma que a inclusão se configura como uma reformulação das instituições de ensino, para que possam ter condições apropriadas de

atendimento especializado, assumindo a responsabilidade de atender os alunos conforme suas necessidades. A autora aponta que são necessárias mudanças de paradigma e especificamente da escola e educadores. Neste sentido as Diretrizes nacionais para a Educação especial especificam que:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. O respeito e a valorização exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais. (BRASIL, 2001, p.28).

As propostas das políticas públicas em seu contexto histórico e social sempre tiveram como diretrizes e finalidades o respeito e reconhecimento dos direitos ao acesso ao ensino mediante as singularidades de cada indivíduo, tendo em vista o respeito à diversidade e identidade do outro observando os aspectos sociais, psicológicos e intelectuais. “O princípio da inclusão escolar é a certeza de que todos têm o direito de pertencer, de que necessitamos compreender e aceitar as diferenças.” (PAROLIN, 2006; p. 29)

Para que ocorra a inclusão de forma plena é necessário que todos tenham os mesmos direitos: respeito; de participação; socialização e interação e iguais oportunidades de aprendizagem. Para incluir de fato, as crianças com autismo no espaço escolar, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam algumas ações viabilizando efetivar a inclusão. Alunos com autismo inseridos na escola regular necessitam de um atendimento especializado. Para incluir de fato, as crianças com autismo no espaço escolar, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam algumas ações viabilizando efetivar a inclusão.

O planejamento, as práticas didáticas e os recursos educativos são fatores importantes para que a aprendizagem e a interação em sala de aula sejam potencializadas e os objetivos do ensino inclusivo de fato sejam realizados

4 Conclusão

Assim foi possível chegar ao conceito a respeito da inclusão escolar

e sobre o transtorno espectro autista. O Autismo é um transtorno de desenvolvimento que compromete os aspectos ligados a linguagem verbal e o relacionamento de nível social, comprometendo a forma de interagir com as pessoas em sociedade e inclusive no ambiente escolar. Os cuidados voltados para o autista envolvem vários profissionais, porém o professor tem função primordial no seu desenvolvimento mental e social.

Neste sentido as diretrizes educacionais e as políticas voltadas para a Educação inclusivas direcionam mecanismos para que a inclusão de crianças com autismo seja favorecida e os deveres das instituições de ensino sejam cumpridos em conformidade com a legislação.

Por meio deste trabalho fica compreensível a importância da função do docente e a forma que é realizada sua intervenção é importante quando existe um processo de inclusão escolar. A inclusão necessita de dedicação e uma equipe com profissionais qualificados para suprir as necessidades dos alunos especiais.

É compreensível a importância do planejamento pedagógico e a organização que a instituição de ensino disponibilizar, se adaptando aos educandos com necessidades especiais. Foi possível observar que a atenção diferenciada ao autista, influencia na socialização, pois estes educandos tem um modo especial de se relacionar, sendo necessárias atividades que estimulem a comunicação e as habilidades formais.

As necessidades especiais e singularidades do autista devem ser respeitadas e o docente precisa ter compreensão sobre as formas de aprendizagem, tendo plena consciência que sua qualificação para este tipo de atendimento é essencial, pois com adequações e práticas que transmitam uma aprendizagem significativas, será possível uma educação inclusiva de qualidade.

Referências

BONORA, Lucilene Maria Batista. **A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM CASOS DE AUTISMO**. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/a-intervencao-psicopedagogica-em-casos-de-autismo/43351/>>. Acesso em: 07 Set. 2022.

BRASIL. LEI Nº 9394/96- Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Educação Inclusiva**, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 18 de Set. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

Direito

à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. pp 10-16 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 09 Set. 2022.

BRASIL. Ministerio da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP. 2001. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> . Acesso em: 18 de Set. de 2022.

BRASIL. **Constituição Federal**. 24ª Ed. 2000. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_208_.asp . Acesso em: 10 Set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação in/clusiva na educação infantil**. Práxis Educacional, p. 81-95, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124965>>. Acesso em: 06 Set. 2022.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de comunicação e autismo**. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERREIRA, Orlean Forte et al. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Um breve relato dos Documentos Legais. Id on Line **REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 10, n. 32, p. 115-125, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/571> . Acesso em: 20 de Set. de 2022.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003.

MENEZES, Suzimeire Gomes de; DECHICHI, Claudia. **EDUCAÇÃO INFANTIL: TRAJETÓRIA RUMO À INCLUSÃO**. Disponível em: < http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminar/247_5_1.pdf>. Acesso em: 06 Set. 2022.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva. Contextos sociais.** Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROMANO, Luciana. **Autismo.** Psicologia Comportamental (ABA). Disponível em: < <http://abapsicologiacomportamental.blogspot.com.br/2012/02/o-autismo-foi-descrito-pela-primeira.html>>. Acesso em: 21 de Set 2022.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à Educação especial. Ensinar em tempos de inclusão.** 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, Sandra Francisca da; ALMEIDA, Amélia Leite de. Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: desafios e possibilidades. **International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM)**, v. 1, n. 1, p. 62-88, 2012. Disponível em: < <http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/IJKEM/article/view/1923>> . Acesso em: 08 Set. 2022.

UJIIE, Nájela Tavares; ZYCH, Anizia Costa. Concepções de coordenadoras de CMEI e o paradigma da inclusão na educação da primeira infância. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://www.seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2031>>. Acesso em: 08 Set. 2022.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722014000100004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 04 Set. 2022.